



OMR
Observatório do Meio Rural

Documento de Trabalho

Observador Rural

PERFIL SOCIO-ECONÓMICO DOS PEQUENOS
AGRICULTORES DO SUL DE MOÇAMBIQUE:
REALIDADES DE CHOKWÉ, GUIJÁ E KAMAVOTA

Momade Ibraimo

Nº 48

**Março
2017**

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

PERFIL SOCIO-ECONÓMICO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO SUL DE MOÇAMBIQUE: REALIDADES DE CHOKWÉ, GUIJÁ E KAMAVOTA

Momade Ibraimo¹

Resumo:

Em vários países em desenvolvimento, a agricultura é a principal actividade e é tida como a base para o crescimento das suas economias. Em Moçambique, apesar do emergente crescimento da indústria extractiva nos últimos anos e da redução considerável da percentagem de pessoas que tem a agricultura como actividade principal (de 60% em 2005 para 54% em 2012, segundo o Inquérito Agrário Integrado de 2012), a actividade agrícola continua a ser o principal sector económico, empregando a maior parte da população, sobretudo no meio rural.

Embora a produção para o auto-consumo familiar seja o principal objectivo dos pequenos agricultores, a obtenção de rendimento monetário com a venda de excedentes não deixa de ser relevante. A renda extra-agrícola possibilita o incremento de insumos na agricultura, o que pode aumentar a produtividade nas suas áreas de cultivo. Desta forma, é importante estudar as estratégias de incremento de renda adoptadas pelos pequenos produtores moçambicanos.

Neste contexto, o presente estudo identifica as actividades que os pequenos produtores de Chokwé, Guijá e KaMavota (na cidade de Maputo) buscam a fim de suprir as suas necessidades. Tais actividades incluem o assalariamento (trabalho para outrem), as remessas de familiares emigrados e outras actividades (comércio informal, prestação de serviços, etc.). Para além de identificar as actividades, procura-se apurar os valores que cada actividade contribui na receita total do agricultor. Os resultados evidenciam também que os pequenos produtores próximos a zonas urbanas, por terem mais possibilidade de comercialização, apresentam maiores rendimentos, como é o caso de KaMavota.

A estratégia de diversificação das fontes de renda visa reduzir o risco das actividades agrícolas. Entretanto, embora os pequenos agricultores diversifiquem as suas actividades, estes continuam obtendo (em média) rendimentos monetários abaixo do salário mínimo (em vigor na altura do estudo). Mesmo que produzam principalmente para o auto-sustento familiar, o rendimento monetário é gasto, quase que na totalidade, em bens alimentares. Não obstante, o padrão de vida é baixo, principalmente no que concerne ao acesso a serviços básicos como água e energia e a posse de bens duráveis.

Palavras-chave: pequenos agricultores, Chokwé, Guijá, KaMavota, rendimento monetário.

¹ Licenciado em Economia e Monitor de Investigação no Observatório do Meio Rural.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura tem, tradicionalmente, a finalidade de produzir alimentos para atender às necessidades básicas da sociedade. Porém, com a integração nos mercados e o avanço do capitalismo agrário, o objectivo passou, também, a ser a produção de alimentos para atender à procura de um mercado crescente e segmentado, Silva (s/d).

A agricultura é a principal actividade económica nas áreas rurais de muitos países da África Subsaariana. Constitui também o alicerce do crescimento e desenvolvimento económico no seio das famílias, para além de garantir a auto-suficiência alimentar das mesmas, Mulanga (2016).

Neste contexto, a importância da agricultura familiar é indiscutível. Em estudos de muitas instituições, nacionais e internacionais, estudiosos do crescimento e desenvolvimento económico, assim como, em documentos e discursos políticos, a agricultura (com particular enfoque para a agricultura familiar) é tida como um dos principais instrumentos para a redução da pobreza e insegurança alimentar (World Bank 2008, PARPA III e Mosca 2014²).

Segundo a FAO³ “a agricultura familiar representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a protecção social e o bem-estar das comunidades”⁴.

Assim como em vários países em desenvolvimento, em Moçambique grande parte da população pratica actividades agrícolas. De acordo com o IOF⁵ 2014/2015, feito pelo INE⁶ (2015), os resultados mostram que 61,5% dos agregados familiares inquiridos são chefiados por pequenos agricultores (e na zona rural, a taxa é ainda maior: 77%). A acrescentar a esta importância está o facto de, constitucionalmente, a agricultura ser a base de desenvolvimento do país. Estes factores motivaram a escolha dos pequenos agricultores como sujeitos desta pesquisa.

O presente trabalho pretende estudar as dinâmicas da economia familiar dos pequenos agricultores⁷ do Sul de Moçambique, com o propósito de descrever as suas formas de sobrevivência (ou não), através de recurso a outras actividades para obtenção de rendimentos monetários para satisfazerem as suas necessidades.

O texto está dividido em sete secções. Na primeira faz-se uma breve introdução aos objectivos do estudo. Na segunda secção faz-se uma breve caracterização agrícola dos locais do estudo. Na terceira secção faz-se o enquadramento teórico, buscando algumas contribuições literárias sobre a diversificação de fontes de renda de pequenos agricultores. A quarta secção contextualiza a temática em estudo, descrevendo as características da agricultura familiar em Moçambique. Segue-se a apresentação da metodologia utilizada durante a investigação. Na sexta secção são apresentados os resultados obtidos através do inquérito feito pelo Observatório do Meio Rural

² Segundo Mosca (2014), a insegurança alimentar e a necessidade de ajuda alimentar são cíclicas em Moçambique devido a vários factores, como, por exemplo, conflitos e deslocados de guerra e efeitos das mudanças climáticas.

³ Food and Agriculture Organization (Organização para Alimentação e Agricultura) das Nações Unidas.

⁴ <http://www.fao.org/3/c-as281o.pdf>.

⁵ Inquérito ao Orçamento Familiar.

⁶ Instituto Nacional de Estatística.

⁷ Tal como Mosca (2014) no seu trabalho sobre “Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e práticas”, este estudo assume o conceito de pequenos agricultores como sendo aqueles produtores agrários de pequena escala, cuja produção é intensiva em mão-de-obra, sobretudo familiar, pouco integrados no mercado de factores (insumos, máquinas e dinheiro – terra, trabalho assalariado e outras fontes de rendimento não-agrícola), que produzem essencialmente para a subsistência, que não têm, necessariamente, o lucro como o principal objectivo e, sempre que podem, complementam os rendimentos agrários com outros, dentro ou fora do sector. Neste texto, os termos pequeno agricultor, pequeno produtor, camponês e agricultor familiar são usados como sinónimos.

(OMR) em Chokwé, Guijá e KaMavota (Distrito Municipal) na cidade de Maputo. Por fim, na sétima secção podem ler-se as reflexões finais.

1.1. Objectivos e hipóteses do estudo

Objectivo geral

O objectivo geral deste estudo é conhecer a situação socio-económica dos pequenos agricultores de Chokwé, Guijá e KaMavota no Sul de Moçambique.

Objectivos específicos

- Caracterizar o padrão de vida dos agregados familiares dos pequenos agricultores, através das condições sociais (acesso a serviços básicos: água e energia), posse de bens, factores de produção e pecuária.
- Descrever os aspectos relacionados com a economia familiar dos pequenos agricultores, identificando as fontes de rendimento monetário, verificando aspectos sobre o consumo e determinando os níveis de poupança.

Hipóteses

O autor parte do pressuposto que: (1) não existem diferenças entre os locais de estudo no que concerne ao padrão de vida dos pequenos agricultores, avaliando pela posse de bens duráveis, posse de gado, acesso a serviços públicos (acesso a água e energia) e que (2) os rendimentos monetários obtidos são consumidos na sua totalidade e, conseqüentemente, os níveis de poupança são negligenciáveis.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO AGRÍCOLA DOS LOCAIS DE ESTUDO

Chokwé e Guijá são distritos cujas áreas são caracterizadas especialmente por planícies. A precipitação média anual desta zona encontra-se entre os 400 e 700 mm, principalmente de Outubro a Março. Normalmente, a época seca dura cinco meses (de Abril a Setembro). Os solos são arenosos e têm um potencial agrícola moderado⁸.

A agricultura envolve cerca de 80% da população activa do distrito de Chokwé e é praticada maioritariamente em pequenas explorações com uma média de 1,5 hectares. Existem casos esporádicos de explorações que utilizam a tracção animal e tractor, além de uma grande empresa. A área cultivada pelo sector familiar neste distrito situava-se em cerca de 10 mil hectares em 2005. As principais culturas produzidas são o milho, a mandioca, o feijão-nhemba, o feijão manteiga, o arroz e a batata-doce, Perfil Distrital (2005). Em 2012 existiam 41 grandes explorações em todo distrito de Chokwé, INE (2012). Existe elevado risco para actividade agrícola neste local devido às oscilações do caudal dos rios Limpopo e Elefantes. O regadio de Chokwé possuía 12.313 beneficiários de pequena e média escala que se dedicam à produção de milho, arroz e hortícolas, Ganho e Woodhouse (2014).

De acordo com o jornal *O Notícias* de 12 de Março de 2015, o surgimento do Complexo Agro-Industrial de Chokwé (CAIC) tem facultado o acesso dos produtores daquela zona ao mercado. No complexo há instalações com capacidade instalada para o processamento de cerca de 60 mil toneladas de arroz, principal cultura do vale do Limpopo. Segundo apurou o *O Notícias*, no complexo existe também a capacidade de processar 1.200 toneladas de tomate e 480 de castanha de caju em igual período.

⁸ fews.mozambique@fews.net.

Com uma superfície de 4.207 km², o distrito de Guijá situa-se na margem esquerda do rio Limpopo, contando ainda com alguns riachos (Nandjote, Plane e Balabala) e lagoas (Bambeni e Linguaze). Este distrito situa-se numa planície com altitude inferior a 100 metros. No distrito de Guijá, a agricultura é a actividade principal para a maioria da população. As culturas mais importantes neste distrito são o milho, a mandioca, batata-doce, feijões, amendoim, hortícolas, fruteiras e também algodão, segundo do Perfil Distrital (2005).

A produção agrícola é predominantemente de sequeiro. O distrito de Guijá no seu todo é, de certa forma, dependente do distrito de Chokwé, quer para aquisição de insumos, quer para a comercialização de excedentes. Assim como o Chokwé, este distrito, principalmente na parte Sul, está sujeito a inundações do rio Limpopo na época chuvosa. Contudo, é na margem do mesmo onde as terras são mais propícias para actividade agrícola.

O distrito municipal KaMavota possui forte tradição agrícola na cidade de Maputo, fazendo parte da “cintura verde” visto que as suas terras são propícias para a prática desta actividade. Os agricultores desta zona produzem, sobretudo, hortícolas⁹. Devida à sua localização estratégica (proximidade dos principais mercados da cidade de Maputo), os pequenos agricultores desta zona têm possibilidades consideráveis de comercializar as suas culturas, para além de produzir para o próprio consumo familiar, Conselho Municipal de Maputo (2010).

3. A DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES DE RENDA NA ECONOMIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Quando se fala em diversificação é preciso que se compreenda a diferença entre diversificação agrícola e a pluriactividade. A diversificação agrícola refere-se à produção de duas ou mais culturas. É considerada uma possível alternativa de renda e uma forma de redução de risco para os pequenos produtores pois, num cenário em que o produtor possui apenas uma cultura como principal fonte de rendimento, corre o risco de perder a sua produção devido a agentes externos, como clima, pragas e doenças e está sujeito às condições de mercado. Se possuir outras culturas, como hortícolas, frutas e criação de animais, seja para a comercialização ou para o consumo de sua família, terá alternativa de renda mensal e subsistência. A diversificação pode representar, então, a redução do risco para o produtor, pela redução da dependência de uma única cultura, e é uma forma de sobrevivência, Da Silva (1992).

Por sua vez, a pluriactividade refere-se à implementação simultânea de actividades agrícolas e não-agrícolas. A demanda por factores de produção, como capital e terra, e a desocupação da força de trabalho podem ser apontadas como as suas principais causas, Da Silva (1992).

A necessidade de realização de actividades extra-agrícolas resulta dos baixos rendimentos agrícolas. De acordo com Chayanov (1974), o pequeno agricultor carece de rendimentos (monetários) e, por isso, procura diversificar, não só as culturas agrícolas por si produzidas, assim como diversificar as suas fontes de rendimento recorrendo a actividades extra-agrícolas. Além do mais, para o referido autor, o processo de especialização na produção de somente uma cultura é uma das vias de destruição do modo de vida camponês, surgindo, em seu lugar, a figura dos agricultores profissionais e especializados. Esse processo rompe com a coerência da exploração camponesa tradicional através de três maneiras: (1) especialização do trabalho; (2) profissionalização da actividade agrícola; e, (3) sectorização da agricultura em geral. A partir do momento em que a unidade de produção se especializa, isto é, passa a dedicar-se intensivamente a uma só cultura, o agricultor necessita de extrair desta os rendimentos necessários à manutenção da unidade camponesa em todas as suas dimensões de produção, através de mais diversos insumos e do consumo, atendendo às necessidades da família, Santos e Fontoura (s/d).

⁹ <http://www.cmaputo.gov.mz/>.

Assim, a agricultura de subsistência, embora possa continuar existindo, reduziria o seu leque de produtos, na medida em que a maior parte do tempo/força de trabalho passaria a ser direccionada para culturas comercializáveis. Ao se especializar na produção de uma cultura, o agricultor vê-se obrigado a comprar os elementos da sua subsistência, o que irá determinar o seu comportamento enquanto produtor na medida em que precisa de dinheiro. Por essa razão, embora os pequenos agricultores careçam de rendimentos monetários, de acordo com Chayanov, não é viável a especialização ou a prática de monocultura como forma de obter tais rendimentos, Santos e Fontoura (s/d).

Chayanov refere também que o pequeno agricultor busca outras fontes de renda fora da actividade agrícola como forma ou estratégia de subsistência. De acordo com o autor supracitado, isto não quer dizer que o pequeno agricultor perca as suas características (como, por exemplo, o objectivo primordial da soberania alimentar da sua família). Além do mais, a diversificação de fontes de rendimento, coloca o pequeno agricultor em actividades mais rentáveis cujo rendimento obtido permite investir nas actividades agrícolas, potencializando deste modo a sua produção, Chayanov (1974).

Para Schneider *et al.* (2009) e Fantineli *et al.* (s/d), a pluriactividade é conhecida como estratégia de desenvolvimento que visa fortalecer as formas de produção social e económica dos agricultores familiares. Ela é praticada devido à dificuldade de permanecer somente dependente das actividades agrícolas.

De acordo com Godoy e Wizniewsky (2013:5), *“a presença das actividades agrícolas e não-agrícolas nas propriedades rurais não deve ser entendida como uma “nova” estratégia ou modelo utilizado pelas populações rurais. Devemos nos lembrar que os camponeses não eram somente produtores agrícolas, mas combinavam actividades não-agrícolas de bases artesanais dentro de suas propriedades, e que estas actividades envolviam a força de trabalho familiar”*.

Godoy e Wizniewsky (2013) destacam a influência da prática da pluriactividade no processo de união familiar e obtenção rendimento para aquisição de insumos e outros factores de produção. Para os referidos autores, a pluriactividade é uma via do fortalecimento dos pequenos agricultores, na medida em que estes irão subordinar-se cada vez menos aos grandes agricultores.

A diversificação do rendimento através de actividades extra-agrícolas é uma realidade em muitos países em desenvolvimento. Nestes países é comum assentarem o seu desenvolvimento económico na agricultura. Entretanto, segundo o Banco Mundial (2008) a agricultura, por si só, não poderá atingir as metas de redução da pobreza e do desemprego.

Algumas realidades empíricas demonstram a posição tomada pelo Banco Mundial. Na Zâmbia, por exemplo, embora a agricultura familiar constitua a principal fonte de rendimento e emprego no meio rural, cerca de metade das famílias de pequenos agricultores possui pelo menos um membro com rendimentos que advêm do auto-emprego fora da actividade agrícola e 29% das famílias possuem, pelo menos, um membro com rendimentos vindos do assalariamento, RALS¹⁰ (2016). Nesta senda, Karttunen (2009) justifica a diversificação de fontes de renda por parte de famílias de pequenos agricultores zambianos com a necessidade de gerenciar riscos, garantir o fluxo de renda, alocar trabalho excedentário e responder a vários tipos de falhas de mercado que podem acontecer durante a comercialização agrícola.

Por outro lado, a literatura evidencia a importância das estratégias de diversificação do rendimento monetário nas economias rurais em África. Isto deve-se ao elevado risco que apresentam as actividades, sobretudo a agrícola. Os riscos estão associados à dependência climática, ao deficitário acesso aos insumos necessários para melhorar a produção e ao fraco poder negocial. Também existe o risco associado à flutuação dos preços dos alimentos, o que

¹⁰ Rural Agricultural Livelihoods Survey.

afecta aos que vendem e aos que compram de formas, momentos e contextos diferentes, Reardon (1997).

Segundo Wanderley (1997), a diversificação das actividades é uma estratégia adoptada cada vez com mais frequência pelos agricultores brasileiros. O esforço da diversificação destina-se, não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o auto-consumo. A diversificação pode ser considerada uma condição indispensável à sobrevivência e à competitividade dos territórios rurais, na medida em que garante a biodiversidade, promove o mercado de trabalho retendo a população, cria riqueza por meio de novas oportunidades de negócio e gera dinâmicas em torno de agentes de desenvolvimento local.

A agro-indústria desempenha um papel de particular importância na economia dos pequenos agricultores. Ela possibilita diversificar a renda dentro da produção agrícola. Os pequenos produtores acrescentariam valor agregado às culturas produzidas. Em outras palavras, uma agro-indústria desenvolvida possibilitaria a diversificação da renda e reteria mais as famílias camponesas nas actividades agrícolas, Fantineli (s/d). A possibilidade de diversificação das actividades traz consigo externalidades positivas tais como (1) aumento da renda familiar, (2) geração de emprego, (3) sustentabilidade ambiental, (4) desenvolvimento local, (5) redução do êxodo rural, entre outros, Godoy e Wizniewsky (2013).

Entretanto, é preciso que haja políticas viradas principalmente para o desenvolvimento local (principalmente no meio rural) através de diversificação da economia. Nesta senda, Graziano (1992) refere que diversificar apenas a produção agrícola não resolve. É preciso que as políticas assumam um enfoque integrador das actividades agrícolas e não-agrícolas e que, ao mesmo tempo, utilizem diferentes instrumentos de política económica e social para promover um modelo de desenvolvimento que permita melhorar as condições de emprego, a renda e a qualidade de vida.

4. CONTEXTO

4.1. Aspectos gerais do sector familiar em Moçambique

Dos 36 milhões de hectares de terra arável em Moçambique, somente pouco mais de 10% está sendo explorada, e, na sua maioria, pelo sector familiar, segundo o Censo Agro-Pecuário (2010). Uma característica deste sector são as pequenas explorações. Em Moçambique, designam-se por pequenas explorações aquelas cuja área cultivada não-irrigada não é superior a 10 hectares ou, sendo irrigada, não é superior a 5 hectares, número de cabeças de gado bovino não superior a 10, número de caprinos, ovinos e suínos, não superior a 50 e número de aves não superior a 2.000, segundo o Censo Agro-Pecuário (2010)¹¹.

Em termos gerais, a agricultura familiar caracteriza-se pelas pequenas propriedades, pelo facto de ser a família a proprietária dos meios de produção e da terra e pela produção com pouca utilização de capital (sementes melhoradas, fertilizantes e maquinarias)¹². Em Moçambique, a agricultura familiar é expressa principalmente pelo uso de instrumentos rudimentares (enxadas, machados,

¹¹ Designado como limite 1 pelo Censo Agro-Pecuário (CAP).

¹² A maioria (mais de 90%) dos produtores familiares usa sementes retiradas da própria exploração agrícola na campanha anterior. Geralmente, esta não é genética e fisicamente pura (requisitos para se considerar de semente melhorada). A percentagem de agricultores familiares que usa semente melhorada (no caso da cultura do milho) decresceu, passando de 10%, em 2007, para 8,7%, em 2012, segundo o Trabalho de Inquérito Agrícola de 2012. A percentagem de agricultores familiares que usa fertilizantes também decresceu (de 4,1%, em 2007, para 2,8%, em 2012).

catanas, entre outros). A tracção animal é usada principalmente em regiões onde abunda o gado bovino, Uaiene (2015)¹³.

A agricultura familiar é dominante na produção de alimentar. Segundo a FAO (2015), nove em cada dez das 570 milhões de propriedades agrícolas são geridas por famílias e são responsáveis por cerca de 80% dos alimentos produzidos no mundo. É devido à sua importância na produção de alimentos para a segurança alimentar e nutrição, que a agricultura familiar tem merecido destaque (por exemplo, 2014 foi designado o Ano Internacional da Agricultura Familiar). Em Moçambique, os pequenos agricultores são responsáveis por cerca de 99,7% dos alimentos produzidos no país (Uaiene, 2015).

Em Moçambique, quase todas (99,98%) explorações agrárias são familiares, Uaiene (2015)¹⁴. Este facto mostra o peso destas explorações na segurança alimentar em Moçambique. Entretanto, apesar da importância deste sector, particularmente na sua contribuição para a segurança alimentar, este sector não tem sido beneficiado de políticas de incentivo.

Mosca (2015) refere que o sector familiar tem sido sistematicamente “marginalizado” ao longo dos anos. O mesmo autor acrescenta que a não-prorização da agricultura familiar pode estar ligada a grupos que utilizam as políticas públicas em função dos seus interesses particulares. Ainda de acordo com o mesmo autor, se as políticas actuais e os contextos internacionais acerca da ocupação de terras prevalecerem e a produção de *commodities* para exportação continuar a ser realizada por empresas multinacionais, vislumbra-se um cenário preocupante a longo prazo no que refere à pobreza e à segurança alimentar nos países pobres que tenham potencial agrícola, como é o caso de Moçambique.

O sector agrícola está associado a vários riscos. Para diminuir os riscos e os constrangimentos enfrentados neste sector, Muteia (2015) defende a adopção de mecanismos que promovam tecnologias mais produtivas e sustentáveis, que reduzam o desperdício de perdas e também que corrijam os efeitos das externalidades negativas. Moçambique é um país vulnerável a calamidades naturais. Contemporaneamente, o progresso nas zonas com bom potencial agro-ecológico é travado pelas deficitárias e precárias infra-estruturas, nomeadamente, estradas e pontes, linhas férreas, electrificação, postos de distribuição de combustível, telecomunicações, a deficitária rede de comercialização, abastecimento e armazenamento de bens, sistemas de regularização dos rios, armazenamento de água e irrigação, centros de pesquisa tecnológica e de formação técnica e profissional, e outros, Mosca (2015) e Muteia (2015).

Quanto ao seu conceito, não existe uma concepção universal sobre a agricultura familiar. No caso de Moçambique, é adoptado o conceito da FAO: *o sector familiar é composto por agricultores de pequena escala, pastores de gado, guardiões da floresta e pescadores, que gerenciam áreas menores que 10 hectares*¹⁵. Outros autores, como Mosca (2015) e Muteia (2015), complementam esta definição de sector familiar, ao referir que uma unidade agrícola é designada familiar quando a mão-de-obra é essencialmente familiar, com ou sem recurso a mão-de-obra externa sazonal.

¹³ Segundo os resultados do Censo Agro-Pecuário 2009-2010, as províncias de Tete e Gaza possuíam 25% e 24%, respectivamente, do total de gado bovino existente no país, INE (2011).

¹⁴ As províncias com mais explorações agrárias são a Zambézia (24,3%) e Nampula (18,8%), sendo também as mais populosas.

¹⁵ Retirado de Uaiene (2005:23). Para uma caracterização mais abrangente do sector familiar em Moçambique, leia UAIENE, Rafael (2015). “Caracterização do sector familiar em Moçambique” in João Mosca (Coordenação) *Sector Familiar e Desenvolvimento em Moçambique*. Pp. 23 a 49. Escolar Editora. Maputo.

4.2. Breve caracterização do pequeno agricultor moçambicano

Quem é o pequeno agricultor moçambicano?

O pequeno agricultor faz parte do sector familiar como foi referido anteriormente. Este pode ostentar várias denominações¹⁶. Segundo Mosca (2014), o pequeno agricultor é aquele que utiliza a mão-de-obra familiar, pouco integrado no mercado de factores (insumos, máquinas, entre outros) e que produz principalmente para o consumo familiar. Segundo o mesmo autor, o pequeno agricultor nem sempre possui o mercado como principal referência nas suas opções produtivas (não quer com isto dizer que não comercialize a sua produção), não tem o lucro monetário como o principal objectivo e, sempre que pode, complementa os rendimentos agrários com outros, dentro ou fora do sector.

Uaiene (2015) converge com Mosca (2014) ao referir que os pequenos agricultores utilizam principalmente a mão-de-obra familiar durante as suas actividades agrícolas (agrárias no geral) e acrescenta que as suas motivações produtivas estão centradas no agregado familiar, procurando oferecer estabilidade dos sistemas agrários baseados na economia familiar.

Apesar de muitos autores corroborarem na definição de pequeno agricultor, como sendo aquele que produz essencialmente para o consumo familiar, Smart e Hanlon (2014) acrescentam uma particularidade, para os pequenos agricultores que produzem principalmente para o mercado como sendo “pequenos agricultores comerciais”. Para esta categoria, os referidos autores consideram que aqueles que vendem as suas colheitas obtêm receita cinco vezes maior que o rendimento mediano em dinheiro de uma família camponesa que é de 3.400,00 Meticais por ano, segundo os dados do Inquérito Agrícola Integrado (IAI) 2012, (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, 2014).

Características demográficas

Escolaridade: Walker *et al.* (2004) demonstra que a educação do chefe da exploração agrícola é um factor fundamental na produção. Apesar dos esforços do Governo em baixar o nível de analfabetismo (reduziu de 97% na altura da independência para 48% em 2014), este continua alto no seio dos chefes das explorações agrárias em Moçambique, segundo o Censo Agro-Pecuário de 2009-2010 (INE e MINAG, 2011). De acordo com este CAP, a taxa de analfabetismo é maior nas mulheres (65%) do que nos homens (40%)¹⁷.

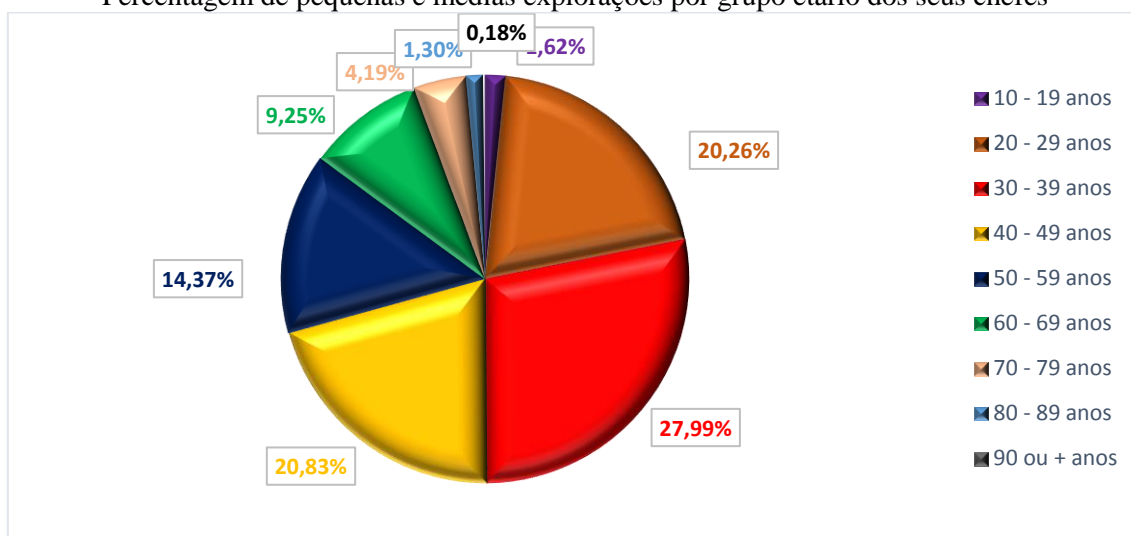
Idade: geralmente, começa-se cedo a trabalhar a terra. Os mais novos constituem uma mão-de-obra valiosa para família, na medida em que estes ajudam na exploração, não tendo a família que recorrer a mão-de-obra assalariada (podendo haver excepções, principalmente em épocas em que o trabalho torna-se mais árduo como na preparação da terra). De acordo com o CAP 2009-2010, cerca de 2% das pequenas e médias explorações em Moçambique são chefiadas por indivíduos que têm entre 10 a 19 anos de idade. Todavia, do total das 3.826.913 de pequenas e médias¹⁸ explorações, a faixa etária predominante (28%) dos chefes das explorações é dos 20-29 anos. É importante realçar que, do total de pequenas e médias explorações, 15% são chefiadas por idosos (com 60 ou mais anos de idade).

¹⁶ Entre elas: agricultor de pequena escala, pequeno produtor e camponês.

¹⁷ Importa realçar que somente 6% das explorações agrárias chefiadas por mulheres possuem mais que o nível do primeiro grau concluído (5ª classe), enquanto nas explorações chefiadas por homens 15% tem esse grau, de acordo com o Censo Agro-Pecuário 2009-2010.

¹⁸ Considera-se como Média exploração aquela que, pelo menos, um dos factores é maior ou igual a valores do limite 1 e menor do que o limite 2 (área cultivada não-irrigada: maior ou igual a 10 ha e menor que 50 ha; nº de cabeças de bovino: maior ou igual a 10 e menor que 100; nº de caprinos/ovinos/suínos: maior ou igual a 50 e menor que 500; nº de aves maior ou igual a 5.000 e menor que 20.000; área cultivada irrigada: maior ou igual a 5 ha e menor que 10 ha).

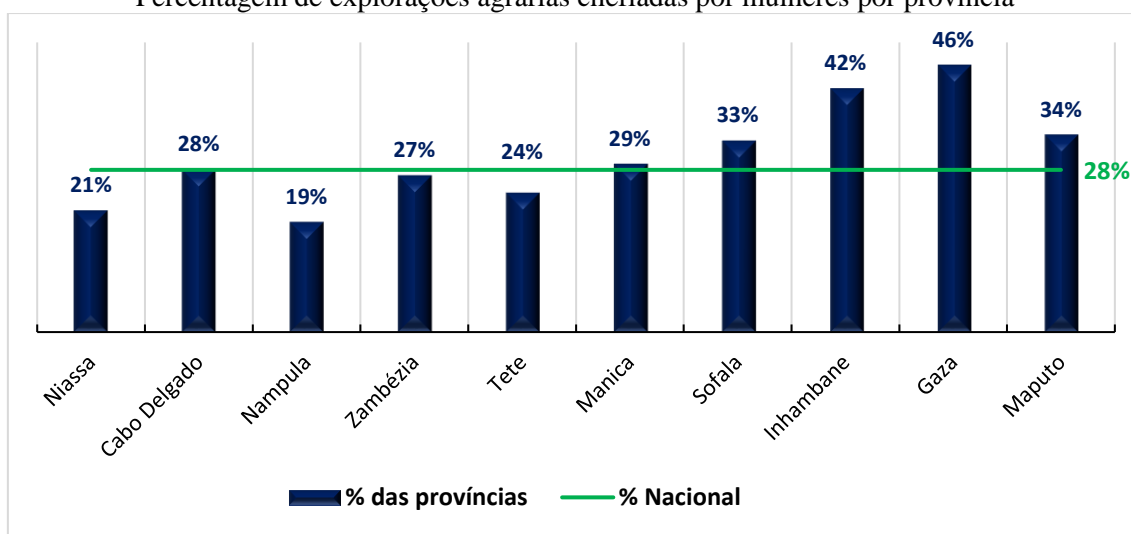
Gráfico 1
 Percentagem de pequenas e médias explorações por grupo etário dos seus chefes



Fonte: Censo Agro-Pecuário 2009-2010.

Género: em Moçambique, o número de mulheres a chefiar explorações agrárias tem aumentado (de 25%, em 2005, para a 28%, em 2012), segundo IAI, 2012. As mulheres chefiam sobretudo as pequenas explorações. As províncias da zona Sul do país são as que apresentam maiores percentagens de mulheres a chefiar explorações agrárias. Este facto pode ser influenciado, especialmente, pela emigração masculina nesta zona do país.

Gráfico 2
 Percentagem de explorações agrárias chefiadas por mulheres por província



Fonte: Elaboração do autor com base no Inquérito Agrário Integrado (IAI) 2012 – Fase II. Ministério da Agricultura.

Associativismo

O associativismo é visto como uma união de forças para enfrentar os problemas tendo em vista o alcance de objectivos comuns. Os pequenos agricultores organizam-se em associações, geralmente como estratégia para uma maior inserção nos mercados (obtenção de crédito e informação), obtenção do DUAT para a segurança da terra, ajuda em mão-de-obra e acesso a assistência técnica, Júnior *et al.* (2015).

A União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC) é a maior organização desta classe no país. Esta organização tem o objectivo de defender os interesses dos pequenos agricultores, assegurar os seus direitos sociais e garantir a soberania alimentar. De acordo com a UNAC, o ponto de situação da agricultura camponesa em Moçambique é a seguinte¹⁹:

- *Violações sistemáticas da implementação da Lei de terras;*
- *Marginalização dos serviços públicos rurais;*
- *Fomento de modelos de agro-exportação;*
- *Corrida para a liberalização da Agricultura e dos produtos agrícolas (os grandes ganham e os pequenos perdem);*
- *Sequestro dos direitos dos camponeses;*
- *Perseguição e intimidação dos camponeses e suas organizações;*
- *Tractorização do campo;*
- *Tendência de querer tirar o poder dos camponeses de produzir e trocar sementes.*

O estudo de Júnior *et al.* (2015) sobre as associações de pequenos produtores do Sul de Moçambique mostra que os sistemas de produção nas associações não são diferentes dos praticados nas explorações particulares. Os problemas ligados à integração nos mercados, acesso a crédito, baixa produtividade, escala produtiva, falta de infra-estruturas, equipamentos e meios de transporte que possibilitem o escoamento da produção, entre outros, prevalecem mesmo pertencendo a uma associação. O referido estudo acrescenta que a média de hectares por associado é inferior a 1 hectare. Os associados apontam este aspecto como um dos principais constrangimentos à sua produção.

De acordo com Mosca (2014), o movimento associativo dos pequenos produtores encontra um conjunto de desafios que necessitam ser superados. Caso contrário, poderão existir processos regressivos face à crescente penetração do capital no meio rural e dificuldades concorrenciais dos pequenos agricultores.

Rendimento

Nos produtores familiares menos integrados no mercado, o rendimento monetário é secundarizado a favor da produção para o consumo familiar. Entretanto, sempre que há excedentes, estes procuram comercializar de imediato para obter dinheiro e evitar riscos de perdas pós-colheita (armazenagem, perdas de peso, ataques de pragas, roubos, entre outros).

Contrariamente ao que acontece no Zimbabué, onde a agricultura é vista como meio de obter dinheiro e é considerada uma boa forma de vida (em alguns casos até um meio de acumulação), e onde existem casos em que um pequeno agricultor tem rendimentos superiores a um professor ou funcionário público, em Moçambique não se pode considerar o mesmo, pese embora já se registarem alguns casos de sucesso e obtenção rendimentos monetários, Smart e Hanlon (2014).

Entretanto, estudiosos da economia moçambicana afirmam que esta actividade tem sido relegada para segundo plano, o que incentiva a população a praticar outras actividades em detrimento da agricultura. Neste contexto, de acordo com Mosca (2012), a importância da agricultura na economia baixou consideravelmente, o que contribuiu para que o meio rural regredisse, tornando-se mais pobre, comparativamente com o meio urbano. Este factor contribuiu para a paralisação da agro-indústria²⁰ que absorvia mão-de-obra. Ainda de acordo com o mesmo autor, as famílias

¹⁹ Apontamentos tirados durante apresentação da UNAC durante uma mesa redonda com o tema *Produção alimentar, transformação estrutural e diversificação da economia*, a 24 de Agosto de 2016, em Maputo.

²⁰ Chichava (s/d) refere que a paralisação da indústria também se deveu à incapacidade industrial de enfrentar outros mercados mais competitivos com melhor tecnologia. A mão-de-obra não qualificada para fazer face às exigências da indústria, bem como a presença de equipamentos danificados pelo desgaste físico e pelas dificuldades de manutenção, também contribuíram.

com maiores rendimentos no meio rural são, normalmente, aquelas que possuem diferentes actividades económicas.

Smart e Hanlon (2014) apuram que cerca de 30% dos 68.000 pequenos e médios agricultores (comerciais) obtêm rendimentos de outras fontes (sobretudo trabalho por conta própria). Para 20% destes pequenos agricultores, a agricultura não constituía a ocupação principal, sendo o seu outro rendimento (salário e negócio por conta própria) superior ao rendimento da actividade agrícola.

A dificuldade de obtenção de rendimento monetário por parte dos pequenos agricultores moçambicanos está aliada a vários factores, entre os quais destacam-se o acesso ao mercado e a escala de produção, que inviabilizam a comercialização de produtos agrícolas, Mosca (2014); Mosca *et al.* (2013) e Boughton *et al.* (2006).

Smart e Hanlon (2014), no seu estudo sobre “*Galinhas e Cerveja: uma receita para o crescimento*”, constataram que o rendimento monetário anual mediano, por família, não chega para adquirir dois sacos de adubo e algumas sementes. Sem incentivos, poucos são os agricultores que estão dispostos a arriscar ainda mais na agricultura, procurando, desta forma, outras actividades de que possam obter rendimentos monetários.

5. METODOLOGIA

Em 2015 o Observatório do Meio Rural (OMR) realizou um estudo, intitulado “Racionalidade camponesa”. O estudo recolheu dados primários, através de questionários fechados (*survey*) aos pequenos agricultores de Chokwé, Guijá e KaMavota²¹, num total de 1200 inquéritos.

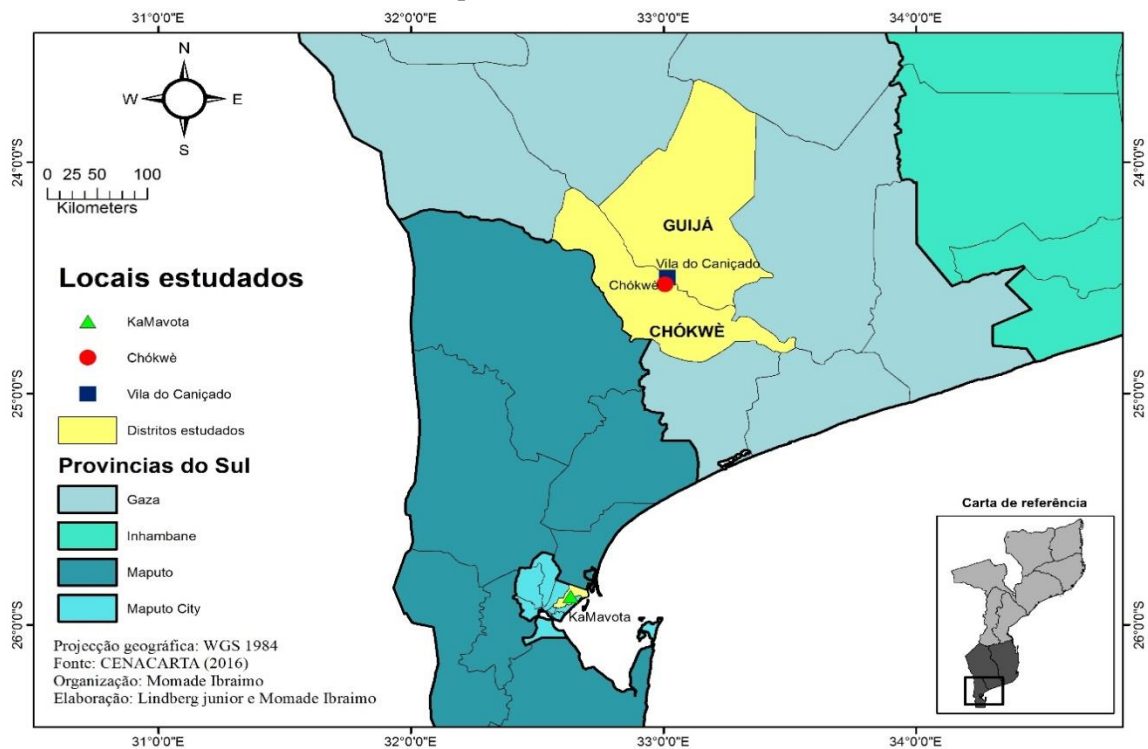
Por tratar-se de uma população desconhecida, procedeu-se ao cálculo da amostra para uma população infinita, com um erro amostral de 5%. A amostra foi do tipo aleatória simples, onde cada pequeno agricultor tinha a mesma probabilidade de ser entrevistado, procurando apenas inquirir um agricultor em cada agregado familiar. A recolha de dados decorreu no período de Julho a Agosto de 2015²².

Em cada local foram realizados 400 inquéritos. A escolha de uma zona urbana permitiu estudar uma realidade diferente da vivida pelos camponeses nas zonas rurais, possibilitando uma maior diversidade e comparação. Estes locais foram seleccionados por serem zonas historicamente ligadas à agricultura. Por exemplo, o distrito de Chokwé tem abastecido mercados na província de Gaza e na cidade de Maputo. Na figura que se segue, é ilustrado o mapa dos locais estudados.

²¹ O autor optou por utilizar durante o texto as seguintes denominações: “Chokwé” para referir-se à cidade de Chokwé, “Guijá” para referir-se à Vila de Caniçado e “KaMavota” para referir-se ao distrito municipal KaMavota na cidade de Maputo.

²² O referido estudo foi coordenado pelo Mestre Yasser Dadá (Assistente de pesquisa do OMR).

Figura 1
Mapa dos locais de estudo



Os dados utilizados neste trabalho resultam no âmbito do projecto acima citado, cingindo-se, para além de variáveis de cariz demográficas (género, nível de escolaridade e idade), nas seguintes variáveis: fonte de água, de energia, posse de bens (de produção e de consumo) e de gado, a forma de trabalho (através da mão-de-obra empregue e apoio em fertilizantes e sementes recebido) – para apurar o nível de vida e propriedade de bens dos inquiridos; fontes de rendimento, rendimento e despesas mensais.

6. RESULTADOS DA PESQUISA

6.1. Características da amostra

Em termos de género, neste estudo, a amostra é constituída maioritariamente por mulheres (mais de $\frac{3}{4}$), sendo que em Chokwé houve uma participação mais acentuada (82,9%). A migração dos homens para África do Sul ou outros locais do país, com destaque para a cidade de Maputo, assim como o número significativo de viúvas, particularmente em Chokwé e Guijá, justificam a maior proporção de mulheres na amostra. A província de Gaza apresenta maior taxa de indivíduos do género feminino chefiando explorações agrícolas (46%) de acordo com o IAI (2012).

No que concerne ao nível de escolaridade, pouco mais de metade dos inquiridos possui alguma escolarização, mas não concluiu o nível primário. Chokwé é, entre os locais estudados, onde existe uma maior taxa de indivíduos sem nenhum nível de escolaridade²³ (43,4%), apesar de ser uma taxa menor que a taxa de analfabetismo a nível nacional, que é de cerca de 45%, segundo o IOF 2014/2015. Embora nos três locais estudados, aproximadamente 34% dos pequenos agricultores não saibam ler e nem escrever, esta taxa é menor que a taxa média a nacional (40%), segundo o CAP 2009-2010.

²³ Os indivíduos do género feminino são os que apresentam maiores taxas de analfabetismo nos três locais. Em Chokwé, 88% dos entrevistados sem nenhum nível de escolaridade são do sexo feminino; no Guijá a taxa é de 78% e em KaMavota é de 89%.

Os dados deste estudo revelam uma fraca participação dos jovens nas actividades agrícolas nestes locais. O quadro 1 ilustra que metade dos agricultores nestes locais tem acima de 45 anos. Os jovens migram para as cidades próximas (especificamente Xai-Xai e Maputo) e para a África do Sul afim encontrar trabalho. No geral, a média de idade dos inquiridos é de 46 anos, sendo que os pequenos agricultores em KaMavota apresentam a idade média mais alta (51 anos) e os de Guijá a menor (40 anos)²⁴.

Quadro 1
Caracterização da amostra

		Chokwé	Guijá	KaMavota	Geral
		%	%	%	%
Género	Masculino	17,1	22,7	34,4	24,0
	Feminino	82,9	77,3	65,6	76,0
	Desconhecido	0,7	1,0	3,7	1,7
Nível de educação	Analfabeto	43,4	26,7	29,4	33,7
	Alfabetizado	41,8	63,2	49,7	51,3
	Nível Primário	8,1	7,9	12,0	9,2
	Nível Secundário	4,7	0,5	2,9	2,8
	Nível Médio	1,3	0,7	2,0	1,3
	Nível Superior	0,0	0,0	0,3	0,1
Idade	Média	46	40	51	46
	Mediana	48	37	52	45

Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

6.2. Condições sociais, posse de bens, factores de produção e pecuária

Procura-se mostrar, neste ponto, o acesso que as famílias a água potável e energia para iluminação. Esta secção ilustra também a propriedade de bens de produção e de consumo, a forma de trabalho nas suas explorações e posse de gado dos agregados familiares de pequenos agricultores. Em suma, pretende-se caracterizar o nível de vida dos pequenos agricultores.

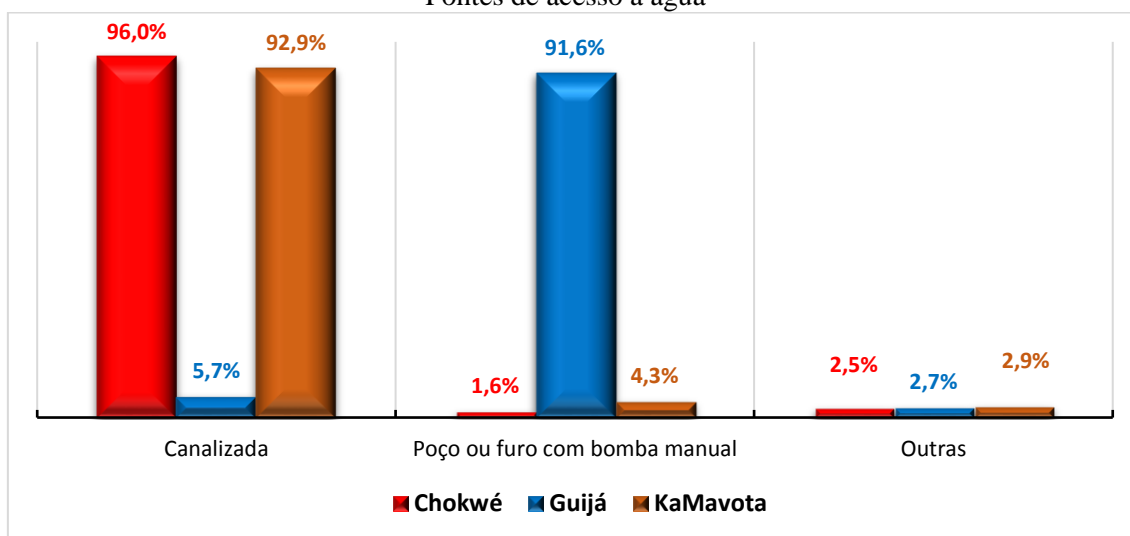
Condições sociais

Fonte de água: o deficiente acesso a água potável tem impacto negativo na vida das comunidades²⁵. Ainda que, de acordo com os resultados do IOF 2014/2015, houvesse um aumento de agregados familiares que utilizam fontes de água seguras (canalizada, fontenário, poço ou furo com bomba manual, água engarrafada, nascente protegida, e cisterna ou tanque móvel), passando de 40,5% em 2008/2009 para 50,9% em 2014/2015, os pequenos agricultores de Guijá apresentam dificuldades no acesso a água. Embora a província de Gaza seja uma das que possui maiores taxas de agregados familiares que possuem água canalizada, somente cerca de 6% dos agregados familiares dos pequenos produtores de Guijá tem água canalizada em suas casas, uma taxa seis vezes menor que a taxa da província de Gaza e quase quatro vezes menor que a taxa nacional que é de 21,8%, INE (2015). A maioria dos agregados familiares de pequenos agricultores de Chokwé e de KaMavota possui água canalizada. A mesma situação não se verifica em Guijá, onde a maioria tem acesso a água de poço ou furo com bomba manual.

²⁴ Analisando a idade média em função do género nota-se que os indivíduos do sexo masculino apresentam maiores médias de idades em Chokwé (51 contra 45 anos nas mulheres) e em Guijá (44 contra 38 nas mulheres). Por sua vez, em KaMavota, as mulheres inquiridas possuem maior média de idade em relação aos homens (52 contra 49 nos homens).

²⁵ O deficiente acesso a água potável em Moçambique ligado à não-observância de boas práticas de higiene individual e colectiva estão entre as principais causas do aparecimento frequente de doenças como cólera e diarreias, retirado de: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/35594-milhares-de-criancas-morrem-diariamente-no-mundo-por-falta-de-agua-e-higiene>.

Gráfico 3
Fontes de acesso a água²⁶

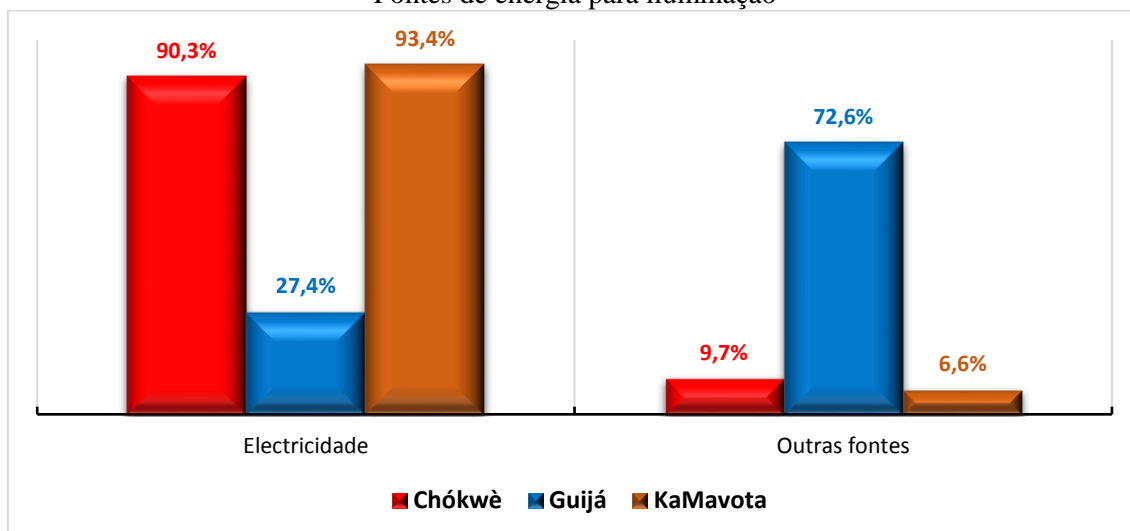


Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

Fonte de energia: apesar de Moçambique ser o segundo maior produtor de energia eléctrica da África Austral, somente atrás da África do Sul, mais de 60% da população²⁷ não tem acesso à rede. Em 2008 e 2009, as principais fontes de energia para iluminação eram o petróleo (44,5%) e a lenha (24,8%). Actualmente, a pilha (39,7%) e a rede de electricidade (24,8%) tornaram-se nas principais fontes de energia para iluminação. Nas zonas rurais, a maioria dos agregados familiares tem como fonte de energia para iluminação a pilha (52%), enquanto nas zonas urbanas a maioria dispõe de acesso à rede de electricidade (68%), INE (2015).

Os resultados da presente investigação indicam que a maioria dos inquiridos de Chokwé e de KaMavota utiliza a rede nacional de energia eléctrica, enquanto os de Guijá, na sua maioria, utilizam outras fontes de energia, como velas, lanternas a pilhas e lenha.

Gráfico 4
Fontes de energia para iluminação



Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

²⁶ As outras fontes referidas foram poço protegido sem bomba, cisterna e busca no vizinho.

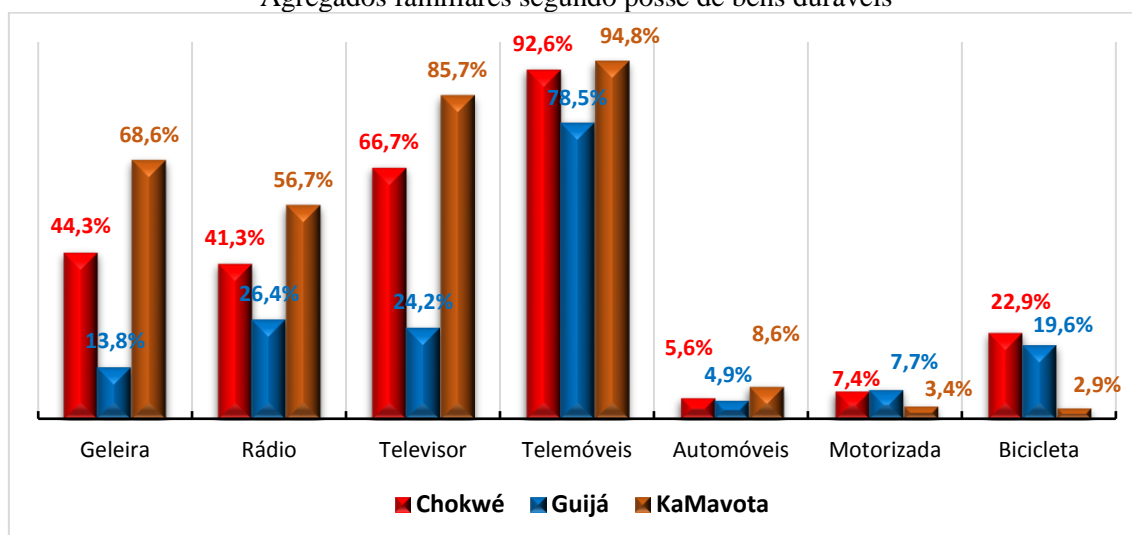
²⁷ Retirado de <http://noticias.mmo.co.mz/2014/03/apenas-40-da-populacao-mocambicana-e-que-tem-acesso-a-energia-electrica.html>.

Posse de bens

A posse de bens ajuda-nos a estimar, ainda que de forma indirecta, o nível de rendimento das famílias de pequenos agricultores. Neste estudo, a posse de bens é analisada por agregado familiar a que pertence o inquirido. Optou-se por dividir os bens em dois grupos: (1) os bens duráveis; e, (2) bens que constituem factores de produção. O primeiro será analisado nesta subsecção e o segundo na secção seguinte sobre factores de produção.

Posse de bens duráveis: de 2008/2009 para 2014/2015 houve um crescimento na posse de bens de consumo doméstico, excepto em rádios, INE (2015). Os resultados da presente pesquisa mostram que os electrodomésticos (geleira, televisor, rádio e telemóveis) são mais comuns entre os agregados familiares do que os bens de transporte (automóveis, motorizadas e bicicletas). De entre os três locais estudados, exceptuando motorizadas e bicicletas, o Guijá apresenta a menor percentagem de agregados familiares que possuem bens duráveis.

Gráfico 5
Agregados familiares segundo posse de bens duráveis



Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

Insumos e Factores de produção

Nesta secção pretende-se descrever a forma de trabalho dos pequenos agricultores nas suas explorações, considerando a posse de bens de produção e ao uso de sementes e fertilizantes, incluindo apoio por parte do Estado nestes insumos, e a tipologia de mão-de-obra utilizada nas diversas fases de produção.

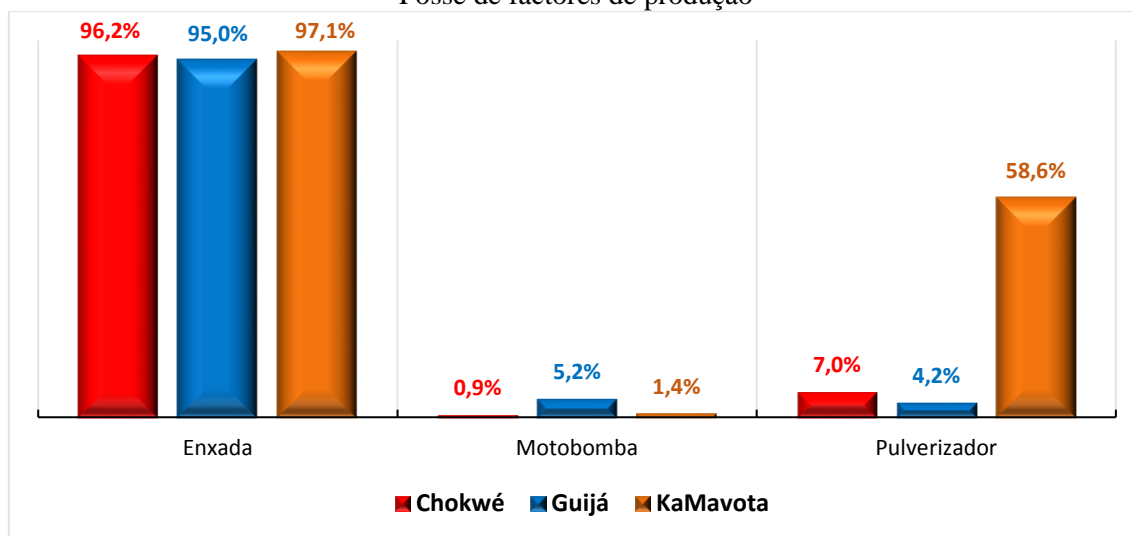
Sementes e fertilizantes: a maioria dos inquiridos afirmou nunca ter recebido apoio do Estado quer em sementes²⁸ (96,4% dos pequenos agricultores de Chokwé, 91,6% de Guijá e 84,0% de KaMavota) quer em fertilizantes (99,1% em Chokwé, 97,8% em Guijá e 96,3% em KaMavota). De acordo com Uaiene (2015), em Moçambique, mais de 90% dos pequenos produtores usam sementes retiradas da própria produção da campanha anterior (realidade comum entre os pequenos agricultores de Guijá e Chokwé). Muitas vezes, esta semente não é pura, quer genética, quer fisicamente, culminando numa influência negativa na produção.

²⁸ Os pequenos e médios produtores de Chokwé examinados no estudo de Ganho e Woodhouse (2014) afirmaram adquirir fertilizantes e pesticidas nas seguintes empresas: Agrifocus (Moçambique), Omnia (África do Sul) e Bayer (multinacional), incluindo a Agro-Tech, a Twiga e a TECAP.

Mais de metade da fraca qualidade ou do baixo do rendimento da cultura é atribuído à má qualidade da semente. Moçambique é dos países que apresenta menores índices de utilização de fertilizantes no mundo. Mais de 90% dos fertilizantes utilizados no país são destinados a culturas de comerciais (cana de açúcar, tabaco e hortícolas), Uaiene (2015). Em 2012, as províncias de Maputo e de Maputo cidade, no seu conjunto, ocuparam o 3º lugar (8,6%) e Gaza ocupou o 4º lugar (3%) no que concerne à percentagem de explorações familiares que usaram fertilizantes²⁹.

Bens de produção: de entre os bens de produção incluídos nesta pesquisa, destacam-se a enxada, pulverizadores e motobombas³⁰. Os resultados mostram que a enxada é o instrumento de trabalho que a maioria dos pequenos agricultores possui nos três locais estudados³¹. Nos três locais estudados metade dos pequenos agricultores entrevistados possuía mais que duas enxadas para cultivar as suas áreas: 38% em Chokwé, 36,5% em Guijá e 34,5% em KaMavota.

Gráfico 6
Posse de factores de produção



Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

Mão-de-obra: na análise consideraram-se as quatro principais fases do ciclo agrícola: preparação da terra, sementeira, sacha e colheita. Existem três principais tipos de mão-de-obra: assalariada, ajuda mútua e mão-de-obra familiar³².

Apesar dos membros do agregado familiar constituírem a principal mão-de-obra nas pequenas explorações agrárias, a contratação de pessoal para trabalhos, quer sejam ocasionais, sazonais ou mesmo permanentes, é por vezes necessária. Segundo Finatto e Salamoni (2008), o pequeno produtor recorre à contratação de mão-de-obra com pouca frequência. Normalmente, esta situação acontece quando os filhos ainda não têm idade suficiente para ajudar nos trabalhos agrícolas ou quando um membro está impossibilitado. Geralmente, a mão-de-obra assalariada e ajuda mútua

²⁹ As províncias de Tete e Niassa foram as que apresentaram maiores percentagens (17,6% e 12,5%, respectivamente). Estas percentagens são fortemente influenciadas pela produção de tabaco nestas províncias.

³⁰ Algumas motobombas encontravam-se inoperáveis devido a avarias, principalmente em Guijá.

³¹ Os poucos agricultores que não possuíam enxada no momento do inquérito justificaram que haviam danificado ou emprestado a outrem.

³² A mão-de-obra assalariada consiste na contratação de força de trabalho que, no fim, é remunerada em termos monetários ou em bens produzidos. A ajuda mútua é desprovida de qualquer lógica capitalista, ou seja, como retribuição pela ajuda prestada, o produtor que recebeu auxílio retribui, noutra oportunidade, com sua própria força de trabalho. A mão-de-obra familiar é normalmente a principal força empregue, onde os membros dos agregados familiares são, simultaneamente, produtores e consumidores, Finatto e Salamoni (2008).

substituem/complementam o défice da mão-de-obra familiar (que é prioritária nas actividades agrícolas dos pequenos produtores).

A preparação da terra é a fase em que o assalariamento de mão-de-obra é mais comum em todos locais de estudo. A opção de assalariamento de mão-de-obra é mais verificada durante a preparação da terra, onde normalmente o trabalho é mais árduo. Chokwé e KaMavota são os locais onde apresentam o assalariamento de mão-de-obra significativo.³³ Não menos importante é a ajuda mútua que desempenha um papel importante na produção dos agregados familiares que não têm condições de assalariar a mão-de-obra. Entretanto, nota-se através do quadro 2 que é na preparação da terra que a ajuda mútua é menos comum.

Quadro 2
Tipo de mão-de-obra utilizada em diferentes operações culturais

Locais	Tipo de mão-de-obra empregue	Preparação da terra %	Sementeira %	Sacha %	Colheita %
Chokwé	Assalariada	43,0	10,7	11,3	19,0
	Ajuda mútua	12,0	15,8	15,3	18,2
	Assalariada e ajuda mútua	7,8	3,8	5,2	4,8
	Mão-de-obra familiar	37,2	69,7	68,2	58,0
Guijá	Assalariada	6,5	5,0	4,8	4,3
	Ajuda mútua	50,5	58,5	59,0	58,9
	Assalariada e ajuda mútua	13,8	5,5	5,5	6,3
	Mão-de-obra familiar	29,2	31,0	30,7	30,5
KaMavota	Assalariada	32,8	26,8	27,8	24,0
	Ajuda mútua	17,0	20,2	19,7	20,8
	Assalariada e ajuda mútua	12,0	9,0	9,5	9,7
	Mão-de-obra familiar	38,2	44,0	43,0	45,5

Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

Pecuária

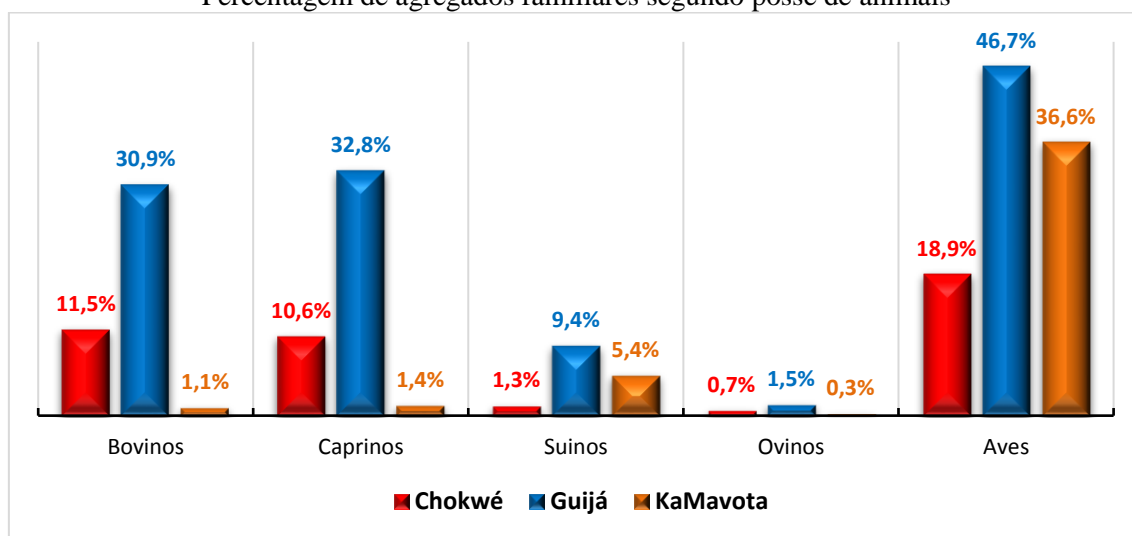
A maioria da população moçambicana não cria os animais com fins comerciais, mas sim, como sinónimo de poder, prestígio social, reserva de valor e só vendem para suprir as necessidades de emergência, Júnior (2014).

O Sul do rio Save e nas terras altas da província de Tete (em Angónia) e Manica são as regiões onde é mais comum as famílias possuírem gado bovino, Smart e Hanlon (2014). Todavia, os dados do último Inquérito Agrário Integrado (IAI) revelam uma redução na ordem de 6,5% de explorações que criam gado bovino (de 27,2% para 20,7%) entre 2002 e 2012 a nível nacional. O mesmo aconteceu nos suínos, em que o número de explorações reduziu de 16,2% para 11,8% no mesmo período. Inversamente, as explorações que detêm caprinos aumentaram em 2,1% no mesmo período.

Os resultados mostram que para todos tipos de animais incluídos neste estudo, o Guijá é o local que apresenta maiores percentagens de agregados familiares que se dedicam à criação de animais.

³³ Mais adiante é possível que estes dois locais apresentam também melhores retornos monetários que Guijá, pelo que, a opção de assalariamento de mão-de-obra pode estar associada aos rendimentos monetários.

Gráfico 7
 Percentagem de agregados familiares segundo posse de animais



Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

6.3. Economia familiar

Esta secção pretende demonstrar a diversificação das actividades dos pequenos produtores e como é que estes gerem os rendimentos monetários³⁴. O rendimento assim como as despesas são referentes ao mês anterior à aplicação do questionário.

Fontes de rendimento

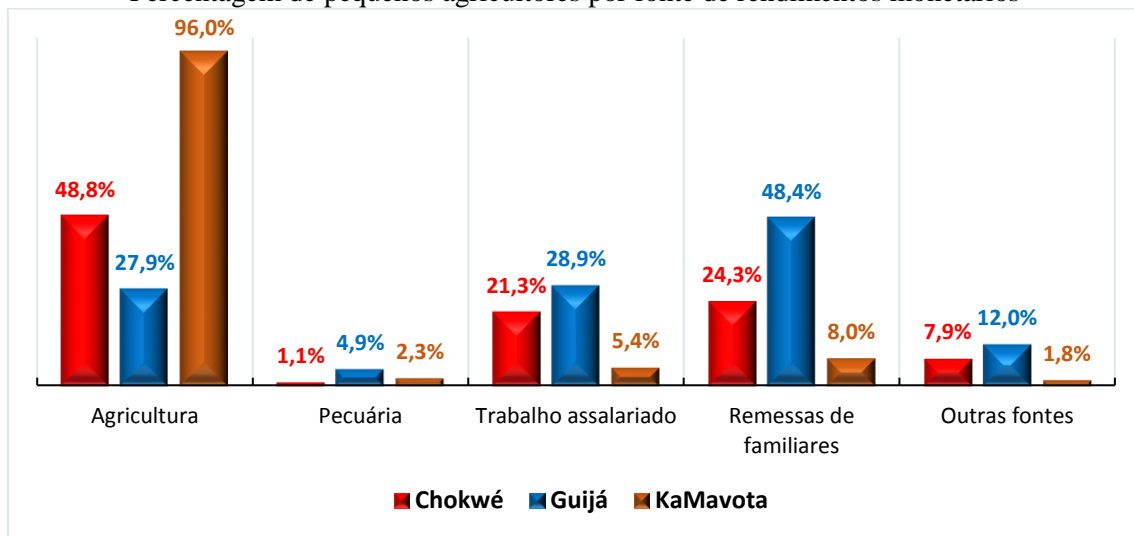
Estudos de Casimiro (2008) e de Chambe (2011) confirmam que as práticas de diversificação de rendimentos não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas a sua sobrevivência e reprodução. Uma vez que o rendimento monetário que advém da actividade agrícola não é suficiente para atender às necessidades das famílias destes pequenos agricultores, estes procuram outras fontes de rendimento e, neste sentido, o trabalho assalariado, as remessas financeiras de familiares³⁵, e outras fontes, como pequenos negócios, desempenham um papel importante no equilíbrio orçamental.

É possível verificar no gráfico 8 que a agricultura não representa uma fonte de renda monetária para mais da metade dos agricultores de Guijá e Chokwé. Factores, como a proximidade de mercados e facilidade de escoamento da produção (ou ainda o momento da aplicação do questionário) estarão por detrás desta realidade.

³⁴ Nesta pesquisa, considerou-se como rendimento, as receitas provenientes de qualquer actividade, quer dentro do sector agrário (venda de culturas e de animais), quer fora (pequenos negócios, assalariamento, e ainda remessas financeiras recebidas dos membros não residentes, renda de pensões e do arrendamento da terra, por exemplo).

³⁵ O estudo de Feijó e Ibraimo (2016) conclui que as remessas monetárias da cidade para o campo são quase sete vezes superior às que vêm do campo para a cidade. O mesmo estudo aponta que somente 5% dos migrantes (nacionais) que residem na cidade de Maputo recebem remessas financeiras vindas do campo. Este facto pode ajudar a perceber a razão dos pequenos agricultores da cidade de Maputo constituírem uma percentagem de receptores de remessas de familiares menor que em Chokwé e Guijá. Neste contexto, Tolentino (2009) afirma que a relação entre migrações e desenvolvimento é mais visível nas remessas monetárias que o migrante envia para o seu local de origem. A vontade (ou necessidade) em fornecer apoio financeiro demonstra o interesse das comunidades emigradas em melhorar o bem-estar das suas famílias. As remessas monetárias são canalizadas principalmente para despesas de alimentação, educação, saúde e aquisição de alguns bens.

Gráfico 8
 Percentagem de pequenos agricultores por fonte de rendimentos monetários



Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

Rendimento

O quadro 3 demonstra, de forma discriminada, o rendimento monetário médio dos pequenos agricultores (obtido no último mês antes da aplicação do questionário – mês de Junho em Chokwé e Guijá; e Julho em KaMavota) por actividades. Verificando apenas as receitas obtidas nas actividades que correspondem a este sector, conclui-se que são inferiores ao salário mínimo em vigor nos três locais estudados³⁶. Aliás, agregando todos os rendimentos provenientes das várias actividades destes pequenos agricultores, o rendimento total permanece inferior ao salário mínimo, exceptuando na cidade de Maputo³⁷.

Os agricultores cujo peso da venda de culturas agrícolas representa mais de metade do total do rendimento obtido são os que apresentam maiores rendimentos (especialmente em Chokwé e KaMavota). Assim, é notória a importância da proximidade do mercado na economia dos pequenos agricultores. A proporção do rendimento monetário total proveniente somente da agricultura (venda de culturas agrícolas³⁸) é de cerca de 58% em Chokwé, 11% em Guijá e 89% em KaMavota³⁹.

O rendimento proveniente da venda de culturas agrícolas das famílias agricultoras em Moçambique decresceu 5% em 10 anos (de 2002 a 2012), passando de 67,8% para 62,2%, segundo os resultados do IAI 2012. Relacionando esses dados com os resultados do presente estudo, observa-se que somente os pequenos agricultores da cidade de Maputo obtêm rendimentos monetários provenientes da agricultura acima da média nacional. Estes resultados mostram a fraca integração nos mercados dos pequenos produtores, não só nos locais estudados como a nível

³⁶ O salário mensal mínimo para o sector da agricultura (que inclui a pecuária, caça e silvicultura) é de 3.196,00 Meticais.

³⁷ Os pequenos agricultores de Guijá produzem quase que exclusivamente para a sua subsistência. Existem casos raros de alguns camponeses que conseguem vender a sua produção. Por esta razão a média de rendimento mensal proveniente do sector da agricultura, neste distrito é 30 vezes menor que o salário mínimo mensal neste sector, ou seja, representa somente 5% do salário mínimo mensal. Este factor pode estar associado à falta de acesso aos mercados entre outros constrangimentos.

³⁸ Entre as culturas mais comercializadas destacam-se as hortícolas.

³⁹ Se incluirmos as outras actividades do sector (nomeadamente, a pesca e a pecuária) o peso fica de 61%, 16% e 91% em Chokwé, Guijá e KaMavota respectivamente. Ou seja, o peso do rendimento destas actividades na renda total líquida é muito baixo.

nacional. A falta de retorno financeiro impossibilita o investimento na actividade e, consequentemente, o crescimento da produção.

Embora a proporção do rendimento monetário proveniente da agricultura seja menor que a média nacional, nomeadamente em Chokwé e Guijá (cerca de 58% em Chokwé e 11% em Guijá, contra os 62,2% a nível nacional), a venda de culturas agrícolas foi a que mais contribuiu na obtenção de rendimento monetário (em Chokwé e KaMavota), não acontecendo o mesmo para os pequenos produtores de Guijá que para os quais uma maior proporção do rendimento monetário obtido proveio de trabalho assalariado e remessas de familiares.

De acordo com Smart e Hanlon (2014), metade dos 68.000 pequenos e médios agricultores comerciais não tem qualquer outra fonte de rendimento. Os mesmos autores acrescentam que apesar de 30% destes agricultores terem outra fonte de rendimento, este não é superior ao que advém da actividade agrícola⁴⁰. Embora não sejam comerciais, os pequenos agricultores de Chokwé e KaMavota assemelham-se a estes, pois a actividade agrícola é a que mais contribui para o rendimento monetário total.

A prioridade de produção dos pequenos agricultores (consumo familiar) possibilita que estes satisfaçam uma das necessidades básicas que é a alimentação. Neste contexto, Negrão (2001) refere que o rendimento monetário continuará a cobrir somente uma parte das despesas em dinheiro.

Não obstante a emergência de um grupo de pequenos e médios agricultores comerciais, mais integrados nos mercados, a realidade é que mais de 98% dos camponeses continuam a enfrentar grandes dificuldades, Smart e Hanlon (2014).

Pesquisas anteriores, como a de Feijó e Agy (2015), revelam que os pequenos agricultores próximos dos grandes centros urbanos possuem conhecimentos sobre os mercados, assim como sobre interesses comerciais ligados à agricultura. Exemplificando com os pequenos produtores de Matola e de Tete, os autores afirmam que estes procuram produzir culturas que lhes possibilitem obter maiores rendimentos.

Quadro 3
Distribuição do rendimento médio em Meticais por actividade

Actividades	Chokwé		Guijá		KaMavota	
	MT	%	MT	%	MT	%
Agricultura	1.349,03	57,5	117,26	11,3	3.559,39	89,1
Pesca	0,00	0,0	3,26	0,3	2,50	0,1
Pecuária	92,73	4,0	50,75	4,9	79,85	2,0
Serviço de transportes	0,00	0,0	10,05	1,0	80,00	2,0
Comércio de bens manufacturados	125,56	5,3	50,89	4,9	6,89	0,2
Trabalhado assalariado	492,63	21,0	410,96	39,6	109,67	2,7
Remessas de familiares	270,98	11,6	354,29	34,2	125,11	3,1
Outras actividades	13,75	0,6	39,02	3,8	30,50	0,8
Total	2.344,68	100	1.036,48	100	3.993,91	100

Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

⁴⁰ Os restantes 20% não têm a agricultura como actividade principal. Nestes casos os rendimentos monetários destes (salário ou negócios) são superiores aos rendimentos monetários agrícolas, tendo um terço afirmado que possui rendimentos acima de 100.000 Meticais ao ano.

Consumo

Neste estudo refere-se como consumo somente as despesas monetárias tidas pelos pequenos agricultores. A maior parte delas são canalizadas para compra de alimentos. Em todos os locais, as despesas com alimentação representam mais de metade das despesas totais, chegando a ser mais de dois terços em Chokwé e Guijá⁴¹.

Os resultados do IOF 2014/15 revelam que os agregados familiares em Moçambique gastam em média 6.924,00 Meticais mensais, o equivalente a 1.406,00 Meticais por pessoa. Estes valores estão muito acima daqueles verificados nos pequenos agricultores de Chokwé, Guijá e KaMavota. Igualmente, a nível nacional, cerca de 36% das despesas realizadas pelos agregados familiares são destinadas a produtos alimentares e bebidas não-alcoólicas⁴², o que corresponde a 2.463,00 Meticais mensais em média. Este facto mostra que o valor gasto em média por mês a nível nacional pelos agregados familiares em bens alimentares é superior ao valor total das despesas dos pequenos agricultores de Chokwé e Guijá. Nesta senda, Negrão (2001) refere-se ao facto dos agregados familiares rurais também serem uma unidade de consumo. Estes não consomem apenas a sua própria produção, mas também o que eles podem comprar, trocar ou receber a crédito.

O quadro 4 mostra, de forma discriminada, as despesas (pagas em dinheiro) dos pequenos produtores no mês anterior a aplicação do inquérito.

Quadro 4
Distribuição das despesas médias em Meticais por agregado familiar e por rubrica

Rubricas	Chokwé		Guijá		KaMavota	
	MT	%	MT	%	MT	%
Alimentação	1.366,08	67,7	812,32	67,2	2.136,89	62,1
Vestuário	146,05	7,3	92,51	7,6	209,31	6,1
Transporte	31,10	1,5	25,04	2,1	224,41	6,5
Cerimónias	79,55	3,9	44,69	3,7	98,82	2,9
Educação	165,58	8,2	34,12	2,8	196,81	5,7
Saúde	75,77	3,8	39,39	3,3	49,01	1,4
Outras despesas	153,03	7,6	160,64	13,3	526,66	15,3
Total	2.017,16	100	1.208,71	100	3.441,91	100

Fonte: Elaboração do autor com base nos resultados do questionário.

Em termos proporcionais ao rendimento total em dinheiro, os pequenos produtores de Chokwé, KaMavota e Guijá pouparam 14%, 14% e -17% respectivamente. Vários produtores de Guijá tiveram enormes prejuízos. Consequentemente, estes apresentam uma poupança negativa, tendo na maioria dos casos recorrido a pequenos empréstimos de amigos e familiares.

Os resultados ilustrados nos dois quadros acima também permitem verificar que o montante que um pequeno produtor no Chokwé obteve como rendimento proveniente da actividade agrícola é praticamente⁴³ o mesmo valor que este consome na aquisição de bens alimentares. Para o caso do pequeno produtor de Guijá, o rendimento obtido pela venda de sua produção é sete vezes menor do que este gasta em despesas alimentares do seu agregado familiar, evidenciando, neste caso, a

⁴¹ Em Chokwé as despesas referentes a alimentação representam 68% do total das despesas, em Guijá representam 67% e em KaMavota 62%.

⁴² Estes dados estão de acordo com o estudo de Feijó e Ibraimo (2016) que aponta que 34% dos migrantes que enviam remessas monetárias para os seus familiares residentes no campo fazem-no principalmente para a compra de alimentos.

⁴³ O rendimento médio obtido pela venda de culturas agrícolas é de 1.349,00 Meticais e estes consomem 1.366,00 na compra de outros bens alimentares, “poupando” 17,00 Meticais.

importância da renda obtida em outras actividades para compra de alimentos⁴⁴. Em KaMavota o pequeno produtor gastou somente 60% do rendimento da venda de suas culturas agrícolas em despesas alimentares⁴⁵, demonstrando, desta forma, realidades distintas nos três locais.

A distribuição das despesas evidencia a lei de Engel. A mesma afirma, de forma sintética, que quanto mais pobres ou quanto menores forem os rendimentos de uma família, tendencialmente, maior será a proporção desse rendimento gasta em alimentação.

As despesas relacionadas com a alimentação consumiram mais de dois terços dos rendimentos monetários dos pequenos agricultores estudados (exceptuando os de KaMavota). Os dados do IOF 2014/2015 apontam que os gastos realizados em alimentação são de 35,6% do rendimento monetário obtido, a nível nacional, praticamente, é metade da proporção gasta em alimentação pelos pequenos agricultores de Chokwé e Guijá.

7. REFLEXÕES FINAIS

Padrão de vida dos pequenos agricultores

Um dos objectivos desta pesquisa era caracterizar o padrão de vida dos agregados familiares dos pequenos agricultores, através das condições sociais (acesso a serviços básicos: água e energia), posse de bens, factores de produção e pecuária.

Neste sentido, os dados sobre as condições sociais, avaliadas pelo acesso a água e energia, mostram uma heterogeneidade entre os lugares estudados. Os pequenos agricultores de KaMavota e Chokwé apresentam melhores condições que Guijá. A maioria dos pequenos agricultores de Guijá utiliza fontes de água classificadas como “não seguras” (poço protegido sem bomba, poço não protegido, rio ou lagoa), segundo o Inquérito ao Orçamento das Famílias. Menos de metade dos pequenos agricultores de Guijá não possui energia eléctrica nas suas residências. Resumindo, existem melhores condições de acesso a energia e água por parte dos pequenos agricultores de Chokwé e Maputo em relação aos de Guijá.

No que concerne à posse de bens patrimoniais, os resultados ilustram percentagens significativas de pequenos agricultores com bens como rádio, televisor, geleira e telemóveis. A taxa de pequenos agricultores que possuem estes bens é maior que a nível nacional, não acontecendo o mesmo para os bens de transporte (bicicleta, motorizada e automóveis).

Os instrumentos de trabalho são rudimentares, destacando-se a enxada e o pulverizador. A forma de trabalho é caracterizada por uma utilização múltipla e por vezes simultânea de vários tipos de mão-de-obra. Apesar da utilização de várias formas de mão-de-obra durante a campanha agrícola, a “ajuda mútua” é a forma de trabalho mais comum em todas as fases da campanha agrícola entre os pequenos agricultores de Guijá, enquanto os de Chokwé e KaMavota apresentam algumas semelhanças na utilização da mão-de-obra familiar e assalariada. Neste estudo, verifica-se que os lugares onde a mão-de-obra familiar constitui um recurso comum durante as diferentes fases da campanha apresentam maiores rendimentos monetários provenientes da comercialização de culturas agrícolas e uma maior integração no mercado. Assiste-se, assim, a uma lógica de produção assente na mão-de-obra familiar também virada para o mercado mas sem abdicar da segurança alimentar da família. Os resultados demonstram que os locais onde os rendimentos

⁴⁴ O rendimento médio obtido pela venda de culturas agrícolas é de 117 Meticais e o gasto em despesas de alimentação é de 812 Meticais (o que obriga o pequeno produtor a ir “buscar” 695 Meticais noutras actividades).

⁴⁵ Os pequenos produtores do distrito Municipal KaMavota obtiveram um rendimento de 3.559,00 Meticais em média, com a venda das culturas agrícolas produzidas e gastaram 2.136,00 Meticais para aquisição de bens alimentares, “poupando” 1.423,00 Meticais nesta comparação.

monetários são consideravelmente altos caracterizam-se por uma maior percentagem de pequenos agricultores que utiliza mão-de-obra familiar (Chokwé e KaMavota).

A actividade pecuária é desenvolvida em pequena escala nestes locais. Os pequenos agricultores de Guijá destacam-se na criação de animais domésticos, principalmente aves, gado bovino e caprino. Contudo, esta opção de diversificação não tem trazido melhorias consideráveis para a economia dos pequenos agricultores deste local. Questões culturais podem estar por detrás desta realidade. O facto de, a pecuária ser vista como sinónimo de poder simbólico e prestígio (Júnior, 2014), no Sul do país pode justificar a fraca comercialização e consequentemente a falta de receitas provenientes desta actividade. A comercialização é normalmente feita em períodos de necessidades para resolver questões pontuais.

Perante este cenário, refuta-se a hipótese exposta pelo autor de que não existem diferenças no padrão de vida dos pequenos produtores de Chokwé, Guijá e KaMavota. Os resultados mostram que os pequenos agricultores de KaMavota e Chokwé apresentam melhores condições de vida em relação aos de Guijá.

Rendimento e consumo

O presente estudo procurou também descrever os aspectos relacionados com a economia familiar dos pequenos agricultores, identificando as fontes de rendimento monetário, verificando o consumo e determinando os níveis de poupança.

Ainda que o objectivo principal dos pequenos produtores seja atender às necessidades de consumo familiar, eles procuram comercializar os excedentes para obter ganhos monetários a fim de adquirir o que não é produzido por eles. Ademais, os pequenos produtores não dependem unicamente da agricultura. Estes procuram outras fontes de rendimento extra-agrícola. É importante salientar que Chayanov (1974) considera que o camponês não perde as suas características quando procura diversificar as suas fontes de rendimento através de actividades não-agrícolas.

O assalariamento ou a prática de outra actividade que possibilite algum rendimento extra-agrícola permitem um incremento de capital que pode ser aplicado na melhoria do potencial produtivo da unidade camponesa. Entretanto, no caso dos pequenos agricultores estudados, a pluriactividade possibilita um acréscimo no rendimento dos pequenos agricultores e serve para colmatar necessidades básicas e pontuais, não sendo suficiente para melhorar o potencial agrícola. De acordo com Chayanov (1974), os agricultores pobres procuram vender a sua força de trabalho em certos períodos do ano ou a praticar actividades não-agrícolas que possibilitem ganhos financeiros. Assim, a produção agrícola acaba também por ser uma estratégia de evitar gastos em produtos que eles mesmo podem produzir a custos inferiores ao preço de aquisição.

Os resultados revelam também que, embora os pequenos agricultores diversifiquem as suas fontes de obtenção de rendimento monetário (remessas de financeiras de familiares, trabalho assalariado, actividade pecuária, entre outras) para atenuar o risco que a comercialização de produtos agrícola apresenta, a actividade agrícola constitui a principal fonte de rendimento (particularmente em Chokwé e KaMavota, não sendo o caso dos pequenos agricultores de Guijá). Entretanto, o rendimento monetário adquirido pelos pequenos agricultores é baixo e é praticamente todo ele consumido, traduzindo-se assim em baixos níveis de poupança, o que impossibilita investimentos na actividade agrícola. Assim, é validada uma das hipóteses traçadas, de que os rendimentos monetários conseguidos são consumidos quase que na totalidade, culminando em baixos níveis ou praticamente nenhum tipo de poupança.

Esta conclusão vai de acordo com o que Mosca *et al.* (2013) demonstra para o caso específico das culturas do milho e do feijão manteiga, nas quais o rendimento agrícola gerado por estas culturas é insuficiente para estimular a retenção das populações na actividade agrícola. O assalariamento

ou outras actividades económicas com geração de auto-emprego produzem maiores rendimentos que as explorações agrícolas.

Ainda sobre o assalariamento ou rendimento de outras actividades, Mosca *et al.* (2013) afirmam que, caso existam oportunidades de emprego, existirá a preferência pelo assalariamento e abandono da actividade agrícola, dando o exemplo concreto dos pequenos produtores da província de Manica. Apesar destas conclusões, nesta pesquisa verificou-se um fenómeno de complementaridade, ou seja, os pequenos agricultores de Chokwé, Guijá e KaMavota que tiveram oportunidade de assalariar-se, não abandonaram a actividade agrícola mas, antes, os alimentos que conseguem produzir servem para garantir auto-suficiência alimentar e o rendimento do assalariamento (e outras actividades) serve para aquisição de outros bens necessários à família (entre os quais, alimentos não produzidos por estes nas suas explorações).

Os resultados demonstram que o rendimento monetário é principalmente destinado a despesas com alimentação, evidenciado, assim, o que é referido na lei de Engel, que quanto menores forem os rendimentos de uma família, tendencialmente, maior será a proporção desse rendimento gasta em alimentação. Assim, a produção agrícola no sector familiar procura obter níveis elevados de auto-suficiência, utilizando-se os rendimentos monetários obtidos fora da exploração para outras despesas, objectivo não conseguido pelos pequenos agricultores estudados, nomeadamente no Guijá. A mudança ou a procura de outras actividades económicas fora da agricultura está de acordo com a teoria de Schultz. Os rendimentos da agricultura e os salários são baixos e as pessoas, sobretudo os homens, procuram outras ocupações no meio rural ou migram, o que pode ser confirmado por um maior crescimento demográfico nas cidades do país.

A importância da agricultura familiar e a sua estratégia de priorizar o consumo familiar mas com a intenção clara de comercializar os seus excedentes para suprir as suas necessidades são demonstrados neste estudo. Não obstante, os locais onde os pequenos agricultores apresentam um melhor nível de vida são aqueles onde os mesmos se encontram mais integrados nos mercados e com um rendimento monetário proveniente da actividade agrícola significativo face ao rendimento total.

Os resultados deste estudo demonstram que é cada vez mais comum a busca de outras actividades económicas fora da agricultura. A diversificação das actividades geradoras de renda é uma forma encontrada por estes agricultores a fim de colmatar o risco das actividades agrícolas nestas zonas. Entretanto, para que os agricultores familiares possam diversificar dentro da actividade agrícola, não tendo que recorrer a outras actividades, deve desenvolver sistemas de produção sustentáveis, aproveitando nichos e demandas de mercado por produtos diferenciados. É preciso, também, definir políticas viradas para o desenvolvimento da produção local (assistência técnica e extensão rural).

BIBLIOGRAFIA

BOUGHTON, Duncan; MATHER, David; TSCHIRLEY, David; WALKER, Tom; CUNGUARA Benedito e PAYONGAYONG, Ellen (2006). *What's Driving Mozambique's Rural Income Growth? A Comparative Analysis of the 1996 and 2002 National Agricultural Sample Surveys*. MINAG Directorate of Economics Research Paper N°. 61E. Maputo: MINAG. Disponível em: www.aec.msu.edu/fs2/mozambique/wps61E.pdf.

CASIMIRO, Isabel (2008). *As mulheres estão mais livres apesar de trabalharem muito – mulheres camponesas lutam pela dignidade numa aldeia de Moçambique* in 12ª Assembleia Geral Governar o Espaço Público Africano. Yaoundé: Codesria.

CASSAMO, Américo; MOSCA João e DADÁ, Yasser (2013). *Orçamento do Estado para a Agricultura*. Observador Rural N° 9. Documento de Trabalho. Observatório do Meio Rural. Maputo.

CHAMBE, Maria (2011). *Abordagem teórica em torno da pluriactividade: as diversas formas de manifestação nas regiões rurais de Moçambique* in Sociedade e Desenvolvimento Rural Vol. 5, N° 1.

CHAYANOV, A.V. (1974): *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, 1974, (1ª edição, 1925).

CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO (2010). *Perfil estatístico do município, 2007-2008*. Maputo.

COSTA, Francisco (1994). *Racionalidade camponesa e sustentabilidade*. “Papers” N° 29. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Belém.

DNAL (2005). *Perfil do distrito de Guijá, Província de Gaza*. Perfil Distrital Ministério da Administração Estatal.

DNAL (2005). *Perfil do distrito de Chokwé, Província de Gaza*. Perfil Distrital Ministério da Administração Estatal.

EDELMAN, Marc (2013). *What is a peasant? What are peasantries? A briefing paper on issues of definition*. Preparado para a primeira sessão do grupo de trabalho intergovernamental sobre a declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas Trabalhando em áreas rurais. Genebra, 15-19 Julho 2013.

FANTINELI, Dreisse; FERREIRA, Aline; GODOY, Cristiane e BELING, Helena (s/data). *A agricultura familiar e suas estratégias de sobrevivência*. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/fantinel_i_ferreira_godoy_beling.pdf

FARRÉ, Albert (2009). *Formas de investimento das poupanças no local de origem por emigrantes do Sul de Moçambique: o caso do distrito de Massinga (Inhambane)* in Luís de Brito; Carlos Castel-Branco; Sérgio Chichava e António Francisco (2009). *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Económicos e Sociais.

FEIJÓ, João e IBRAIMO, Momade (2016). *Relações rural-urbano, transferências pessoais e políticas públicas uma análise a partir de populações residentes na Cidade de Maputo* in António Francisco (Org.). *Desafios para Moçambique 2016*. Pp. 329-354.

FINATTO, Roberto e SALAMONI, Giancarla (2008). *Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do Município de Pelotas/RS*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000200012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (2015). “*The State of Food and Agriculture Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty*”. FAO. Roma.

GANHO, Ana e WOODHOUSE, Phil (2014). *Oportunidades e condicionalismos da agricultura no Regadio do Chokwé* in Luís de Brito; Carlos Castel-Branco; Sérgio Chichava e António Francisco (2014) in *Desafios para Moçambique 2014*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Maputo.

GODOY, Cristiane e WIZNIEWSKY, José (2013) *O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar no município de Santa Rosa/ RS*. Desafio Online. Campo Grande, V. 1, Nº 3.

DA SILVA, José (1992). *Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?* Série de textos para discussão. Nº 2.

INE e MINAG (2011). *Censo Agro-pecuário CAP 2009-2010*. Maputo

INE (2006). *Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.

INE (2012). Estatísticas do distrito de Chokwé. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Distrito%20de%20Chokwe.pdf>.

INE (2015). *Relatório final sobre o inquérito ao orçamento familiar – IOF 2014/15*. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.

JÚNIOR, António (2014). “Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala”. Observador Rural Nº 4. Documento de Trabalho. Observatório do Meio Rural Maputo.

JÚNIOR, António; DÁDA, Yasser Arafat; IBRAIMO, Momade e MOSCA, João (2015). *Associações de pequenos produtores do Sul de Moçambique: constrangimentos e desafios* in João Mosca (Coordenação) Sector Familiar e Desenvolvimento em Moçambique. Escolar Editora. Maputo.

KARTTUNEN, Kaisa (2009). *Rural Income Generation and Diversification- A Case Study in Eastern Zambia*. University of Helsinki, Department of Economics and Management Publications Nº 47. Agricultural Policy.

LEÃO, Sandro (s/d). *Notas sobre agricultura a partir de interpretações da ciência econômica e da economia do desenvolvimento*. Disponível em: http://www.fit.br/revista/doc/1_16.pdf.

LÓPEZ, Grettel e HERRERA, Reinaldo (2005). *Agricultura y desarrollo económico - celebración de los cuarenta años de la publicación del libro transforming traditional agriculture de theodore Schultz*. II jornada anual de la academia de Centroamérica.

MARX, Karl (1985). *O capital: crítica da economia política*. Livro 3. Difel. São Paulo.

MASA (2014). *Anuário de Estatísticas Agrárias 2012-2014*. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. Maputo.

MASSINGARELA, Cláudio; NHATE, Virgulino e OYA, Carlos (2005). *Mercados rurais de emprego em Moçambique - Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia*. Discussion papers N° 31P. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Ministério de Planificação e Desenvolvimento.

MOSCA, João (2009). *Camponeses: o que se passou nos últimos muitos anos?* SAVANA, ANO XVI, N° 795. Maputo.

MOSCA, João (2012). *Porque é que a produção não é prioritária?* Observador Rural N° 1. Documento de Trabalho. Observatório do Meio Rural Maputo.

MOSCA, João, MUCAVEL, Victor e DADÁ, Yasser Arafat (2013). *Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário*. Observador Rural N° 4. Documento de Trabalho. Observatório do Meio Rural Maputo.

MOSCA, João (2015). *Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e práticas* in João Mosca (Coordenação) Sector Familiar e Desenvolvimento em Moçambique. Pp. 51 a 98. Escolar Editora. Maputo.

MUTEIA, Hélder (2015). *Os desafios da agricultura familiar no mundo* in João Mosca (Coordenação) Sector Familiar e Desenvolvimento em Moçambique. Pp. 17 a 21. Escolar Editora. Maputo.

NEGRÃO, José (2001). *Como induzir o desenvolvimento em África?* Documento de Trabalho n°61, CEsa, Lisboa.

NHAMIRE, Borges e MOSCA, João (2014). *Electricidade de Moçambique: mau serviço, não transparente e politizada*. Centro de Integridade Pública. Maputo.

PONTES, Beatriz (2005). *A organização da unidade económica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx*. REVISTA NERA – ANO 8, N° 7.

RURAL AGRICULTURAL LIVELIHOODS SURVEY - RALS (2016). *2015 Survey Report*. Indaba Agricultural Policy Research Institute (IAPRI). Kabulonga, Lusaca, Zâmbia. Disponível em: <http://www.iapri.org.zm>

REARDON, T. (1997) “Using evidence of household income diversification to inform study of the rural non-farm labour market in Africa”. World Development.

SANTOS, Jefferson e FONTOURA, Luiz (s/d). *Alguns apontamentos para a reflexão teórica do campesinato*. Boletim Gaúcho de Geografia/58.

SANTOS, José (1978). *Colonos do vinho - Estudo sobre a subordinação do trabalho Camponês ao Capital*. São Paulo. Editora Hucitec.

SCHNEIDER, Sérgio (2009). *A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-agricultura-familiar-e-emprego-no-meio-rural-brasileiro-analise-comparativa-das-regioes-sul-e-nordeste-parcerias-estrategicas-brasilia-df-v-1-p-217-244-2006>

SILVA, Ronaldo (s/d). *Proletário ou Camponês? Uma discussão da natureza social do pequeno produtor agrícola inserido no agronegócio brasileiro*. Disponível em: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/56/52>.

SMART, Teresa e HANLON, Joseph (2014). *Galinhas e Cervejas: uma receita para o desenvolvimento*. Maputo: Kapicua.

SITOE, Tomás (2012). Agricultura familiar em Moçambique: estratégias de desenvolvimento sustentável. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Agricultura%20-%20Agricultura%20em%20Mocambique%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Agricultura%20-%20Agricultura%20em%20Mocambique%20(3).pdf).

TOLENTINO, Nancy (2009). *Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano*. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

UAIENE, Rafael (2015). *Caracterização do sector familiar em Moçambique in João Mosca* (Coordenação) Sector Familiar e Desenvolvimento em Moçambique. Pp. 23 a 49. Escolar Editora. Maputo.

WALKER, T., TSCHIRLEY D., LOW J., TANQUE M.P., BOUGHTON D., PAYONGAYONG E., WEBER M. (2004). *Determinants of rural income, poverty, and perceptions of well-being in Mozambique in 2001-2002*. Research Report N° 57. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

WANDERLEY, Maria (1997). *O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*. Brasília

WORLD BANK (2013). Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Disponível em <http://www.worldbank.org/pt/country/mozambique> (acedido a 17 de Fevereiro de 2016).

Sites da internet:

<http://www.meusalario.org/mocambique/main/salario/salario-minimo> (acedido a 17 de Fevereiro de 2016).

fews.mozambique@fews.net (acedido a 20 de Junho de 2016).

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/22684-ate-2015-pais-mantem-aposta-de-vencer-analfabetismo> (acedido a 23 de Junho de 2016).

<http://www.cmaputo.gov.mz/> (acedido a 01 de Julho de 2016).

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/32660-mecanizacao-agricola-com-boas-perspectivas> (acedido no dia 24 de Julho de 2016).

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/32936-complexo-agro-industrial-facilidades-de-mercado-para-produtos-de-chokwe.html> (acedido no dia 15 de Novembro de 2016).

<http://noticias.mmo.co.mz/2014/03/apenas-40-da-populacao-mocambicana-e-que-tem-acesso-a-energia-electrica.html> (acedido no dia 22 de Novembro de 2016).

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/35594-milhares-de-criancas-morrem-diariamente-no-mundo-por-falta-de-agua-e-higiene> (acedido no dia 06 de Fevereiro de 2017).

<http://www.fao.org/3/c-as281o.pdf> (acedido no dia 07 de Fevereiro de 2016).

Nº	Título	Autor(es)	Ano
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em moçambique	João Mosca e Máriam Abbas	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Mai de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luís Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide Agy	Julho de 2015

Nº	Título	Autor(es)	Ano
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Mai de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e Momade Ibraimo	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Márium Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Mombaça	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martin	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Márium Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Mai de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2014
14	Investimento no sector agrário	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingermañ	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013

Nº	Título	Autor(es)	Ano
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Outubro de 2013
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaientilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Maçano Fernandes	Mai de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e 3 cm em todas as margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.

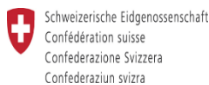


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Av. Paulo Samuel Kankhomba, n° 879
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org